



ANO NOVO PROBLEMAS VELHOS

EDITORIAL**P.3** VAMOS ENTRAR NUM ANO NOVO COM PROBLEMAS VELHOS**AÇÃO SINDICAL****P.4** FNE ASSINA ACORDO SOBRE CONCURSOS E CARREIRAS NO ENSINO SUPERIOR**P.5** FNE REÚNE CONTRIBUTOS PARA ROTEIRO DA LEGISLATURA 2022-2026**P.6 À P.9** ROTEIRO PARA LEGISLATURA 22-26: MEDIDAS MAIS URGENTES**P.10, P.11** FNE APRESENTOU ROTEIRO A PSD E PS**P.12** APROVADO O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E AUMENTOS NA FUNÇÃO PÚBLICA**P.13 À P.16** FNE EM 2021 - O ANO EM IMAGENS**ENTREVISTA****P.17 À P.19** JORGE ASCENÇÃO: “FALTA-NOS AGORA UM RECONHECIMENTO SOCIAL FORTE”**NA MINHA OPINIÃO****P.21** O PROBLEMA DA FALTA DE PROFESSORES**NÃO DOCENTES****P.22, P.23** OS DESAFIOS DOS TÉCNICOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO**SAÚDE****P.24, P.25** POR UMA DIRETIVA EUROPEIA PARA OS RISCOS PSICOSSOCIAIS**LEGISLAÇÃO****P.26 À P.28** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.29** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

DEZEMBRO 2021

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



VAMOS ENTRAR NUM ANO NOVO COM PROBLEMAS VELHOS

Estamos a terminar mais um ano e esta é uma altura que todos desejamos que sejam tempos de festa, apesar da consciência que temos das especiais dificuldades que estamos a enfrentar e das incertezas que temos em relação ao futuro.

É um ano que acaba e um outro que vai começar. É para muitos um tempo de convívio familiar mais intenso. É o tempo de partilharmos votos em relação ao futuro.

Bem sabemos que as atuais circunstâncias continuam a exigir de todos que sejamos cuidadosos e que, através dos nossos comportamentos, saibamos contribuir para que todos vivamos em saúde e segurança. Continuamos a viver em pandemia, ainda com muitas incertezas em relação ao seu desenvolvimento e às suas consequências. Mas o que todos queremos é contribuir para que haja menos contágios, menos hospitalizações e menos mortes. E por isso vamos ser extremamente cautelosos. Podemos e devemos ter festas felizes e em segurança.

Vem aí um novo ano e todos sabemos que ele abre com velhos problemas por resolver, nomeadamente na área da Educação. E também temos consciência de que não é só porque sabemos que eles existem e até que soluções propomos, que eles se resolvem de um dia para o outro.

Em relação a muitos problemas na Educação e para os profissionais da Educação, só temos visto que as soluções são sempre adiadas, o que se traduz em frustrações acumuladas, em mal-estar, em desencanto, até em desistências.

Sabemos bem que não é só porque queremos que as circunstâncias mudam ou até que podem mudar de um dia para o outro. Sabemos bem de tudo isto.

Mas o essencial é começar. O que não se pode é voltar a adiar, que é o que tem acontecido ao longo dos últimos anos. E é esse o desafio que lançamos nesta ocasião.

É preciso que o Governo que vai resultar das eleições do próximo dia 30 de janeiro queira começar a mudar.

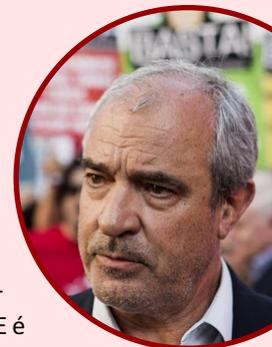
Por parte da FNE, haverá todo o empenho para reiterar as nossas propostas de mudança. Mais uma vez, vamos deixar bem claro que a educação de qualidade de que precisamos só se concretiza com profissionais mobilizados porque reconhecidos.

Precisamos de melhores remunerações, precisamos de nos sentir atraídos por carreiras que se desenvolvem com respeito pelo nosso empenho profissional, precisamos de sentir que trabalhamos em escolas em que há um ambiente de respeito e de justiça, precisamos de ter condições para conciliar o tempo de trabalho com a nossa vida familiar.

São estes os nossos objetivos e são eles que constam de um documento que a FNE está a entregar aos Partidos Políticos, e designado como “Roteiro para a Legislatura 2022-2026”.

O nosso compromisso nesta altura do ano é o de tudo fazermos em nome destes objetivos. Os trabalhadores da Educação podem confiar na nossa determinação.

Para todos, Festas Felizes e um Bom Ano de 2022!



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE

FNE ASSINA ACORDO SOBRE CONCURSOS E CARREIRAS NO ENSINO SUPERIOR

Na sequência dos procedimentos de negociação coletiva do passado dia 15 de novembro, a FNE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) assinaram um acordo relativo ao projeto de decreto-lei que aprova um regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo, das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica.

No decorrer do processo negocial com a FNE, o MCTES assumiu ter sido efetuado um trabalho conjunto de reflexão e procura de soluções, algo que permitiu um avanço significativo na busca por condições justas de promoção para os docentes e investigadores do ensino superior, bem como para a sua estabilidade laboral.

Foi assim possível obter uma concordância de princípio entre o Governo e a FNE no entendimento que o reforço das instituições científicas e académicas através da promoção do emprego científico e do desenvolvimento de carreiras científicas e académicas representa um esforço coletivo que exige a mobilização contínua e sistemática das instituições, dos docentes e dos investigadores.

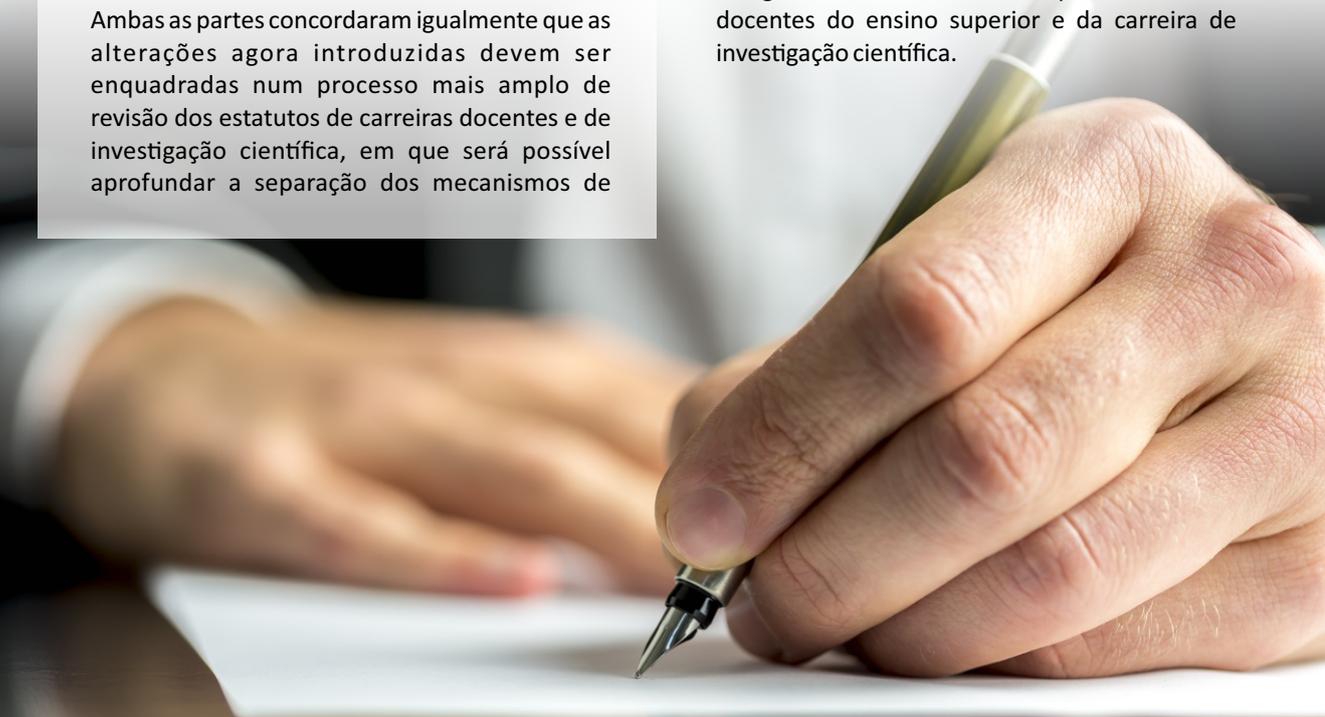
Ambas as partes concordaram igualmente que as alterações agora introduzidas devem ser enquadradas num processo mais amplo de revisão dos estatutos de carreiras docentes e de investigação científica, em que será possível aprofundar a separação dos mecanismos de

recrutamento e progressão na carreira e rever outros aspetos, como a redução da precariedade laboral de docentes, investigadores e técnicos de apoio à investigação científica, a introdução de mecanismos de avaliação de desempenho na carreira de investigação científica, entre outros aspetos.

Mas com a proximidade do termo da presente legislatura, torna-se inviável uma revisão mais ampla das carreiras em causa neste momento, com a FNE a considerar ser este um primeiro passo no sentido de criar condições apropriadas à efetiva progressão na carreira dos docentes e investigadores científicos nela integrados.

As partes concordaram então que as condições de ingresso nas carreiras docentes e científicas devem continuar objeto de concursos internacionais, que garantam a oportunidade a todos os candidatos com habilitações idênticas uma igualdade de acesso a essas carreiras.

Desta forma, a FNE manifestou o seu acordo com este projeto de decreto-lei, publicado posteriormente em DRE a 14 de dezembro e que aprovou um regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica.





RPL

CONTRIBUTOS
PARA A
LEGISLATURA
DE 2022 A 2026

FNE REÚNE CONTRIBUTOS PARA ROTEIRO DA LEGISLATURA 2022-2026

A FNE juntou a 2 e 3 de dezembro, em Lisboa, dirigentes dos seus sindicatos para um debate com o objetivo da elaboração do seu Roteiro para a Legislatura 2022-2026, em consonância com o pensamento dos seus associados.

Este documento de política educativa engloba medidas e propostas da FNE para docentes e não docentes, da Educação de Infância ao Ensino Superior, que visam estabelecer um conjunto vasto de matérias que a federação entende devem ser tratadas durante os próximos quatro anos de governação.

A apreciação global da ação da anterior legislatura, em termos de educação, foi para a FNE claramente negativa, exigindo-se agora novas e sérias políticas de valorização dos profissionais da educação e de investimento numa oferta de qualidade para todos, já durante o período 2022-2026, que melhor sirvam os alunos, professores, não docentes, escolas, comunidades educativas e o próprio sistema educacional português.

Foram vários os contributos de todos os dirigentes sindicais neste encontro, em temas como as políticas de educação e formação, o peso da educação no orçamento de Estado, a transição digital e a transferência de competências para as autarquias, entre outras matérias debatidas naqueles dois dias, que serviram para enriquecer um documento a entregar posteriormente aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Neste encontro ficaram ainda definidas as propostas de medidas mais urgentes.

Com a entrada em funções do Governo que resultar das eleições de 30 de janeiro de 2022, torna-se imprescindível que sejam rapidamente assumidos processos negociais que visem corrigir problemas identificados e que carecem de soluções urgentes.

Este documento de política educativa engloba medidas e propostas da FNE para docentes e não docentes, da Educação de Infância ao Ensino Superior.

[CONSULTE AQUI A VERSÃO COMPLETA DO ROTEIRO](#)

PROPOSTAS DE MEDIDAS + URGENTES

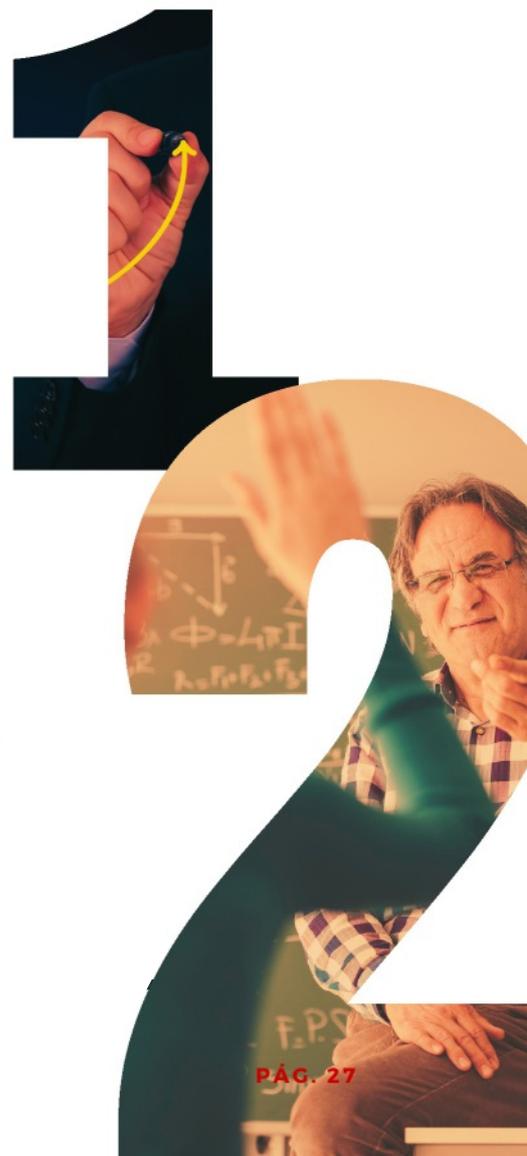
As medidas que aqui se propõem, pela sua urgência e importância, têm como horizonte o mês de outubro de 2022, e tendo em consideração que:

- ✓ a primeira prioridade do novo Governo será a elaboração do Orçamento de Estado para 2022;
- ✓ o Governo deverá assegurar rapidamente o lançamento dos concursos de docentes da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário para 2022/2023;
- ✓ o Governo terá de preparar as bases de lançamento do ano letivo de 2022/2023;
- ✓ o Governo terá a obrigação de responder rapidamente aos problemas identificados no sistema educativo e que carecem de soluções que integrem a valorização dos profissionais que asseguram o seu funcionamento.

1. O peso da Educação no Orçamento de Estado para 2022 deverá iniciar uma trajetória de crescimento, no sentido de se atingirem os 6% do PIB até ao final da Legislatura.

2. O Orçamento de Estado para 2022 deve prever a determinação de:

- ✓ medidas de valorização salarial;
- ✓ compensações para as situações de afastamento da residência familiar em função de colocações em concurso;
- ✓ a não atribuição de componente letiva aos docentes que no decurso do ano letivo de 2022/2023 reúnam as condições de acesso à aposentação;
- ✓ a continuação do processo de redução de número de alunos por turma e de alunos/níveis por docentes;
- ✓ o estabelecimento dos serviços de Saúde e Segurança no Trabalho em todos os estabelecimentos de educação e ensino;
- ✓ a regulamentação das condições de acesso à pré-reforma e a novas condições de aposentação para os docentes;
- ✓ a eliminação do serviço não letivo atribuído, ao abrigo do artigo 79º, aos professores que completem 60 anos de idade.



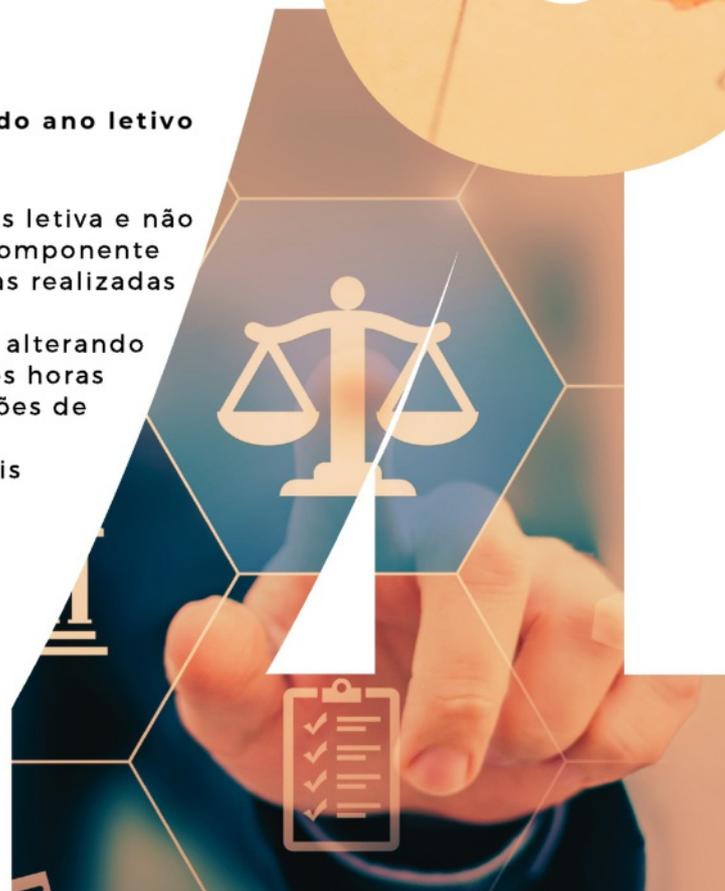
PROPOSTAS DE MEDIDAS + URGENTES

3. A realização dos concursos de docentes para 2022/2023 deve ser lançada:

- ✓ garantindo a diminuição da dimensão geográfica dos Quadros de Zona Pedagógica;
- ✓ integrando os horários completos e incompletos no regime de mobilidade interna;
- ✓ alterando a formulação dos termos de funcionamento da norma-travão e reduzindo as condições de precariedade;
- ✓ prevendo para os concursos para o ano letivo de 2023/2024 uma adequação dos quadros das escolas de forma a responderem às suas necessidades permanentes e reduzindo dessa forma o recurso à contratação precária, para além de se garantir que para esse ano se realize um concurso externo extraordinário;
- ✓ garantindo uma bolsa de docentes para as necessidades de substituição por ausência de curta duração;
- ✓ garantindo que o direito à formação contínua se exerce em substituição da componente letiva.

4. A legislação de preparação do lançamento do ano letivo de 2022/2023 deve incluir:

- ✓ a clarificação dos conteúdos das componentes letiva e não letiva de estabelecimento, garantindo que na componente letiva se integram todas as atividades educativas realizadas pelo docente com qualquer número de alunos;
- ✓ o crescimento do crédito horário das escolas, alterando a respetiva fórmula e prevendo o mínimo de três horas de redução da componente letiva para as direções de turma;
- ✓ a simplificação/eliminação de suportes digitais redundantes e/ou supérfluos;
- ✓ eliminação de todos os procedimentos burocráticos, canalizando o tempo dos docentes para o processo de ensino-aprendizagem.



PROPOSTAS DE MEDIDAS + URGENTES

5. O Governo deverá promover o início de um processo negocial que tenha por objetivo a **valorização da carreira docente dos educadores e professores dos ensinos básico e secundário**, integrando:

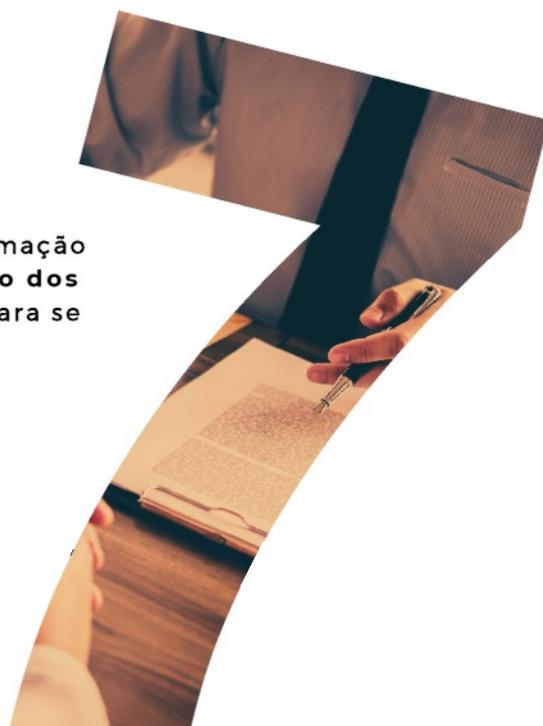
✓ mecanismos de consideração de todo o tempo de serviço prestado, para efeitos de desenvolvimento de carreira;

✓ a alteração do modelo de avaliação de desempenho, tornando-o transparente, justo e sem constrangimentos administrativos, como é o caso das quotas de atribuição das menções de Muito Bom e Excelente, e eliminando o regime de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões.



6. O Governo deve iniciar um processo negocial que integre de uma forma articulada as medidas que visem o **rejuvenescimento da carreira docente, promovendo a atratividade da profissão e determinando um regime especial de aposentação**.

7. O Governo deverá recolher toda a informação existente de avaliação do **Regime Jurídico dos Estabelecimentos de Ensino Superior**, para se proceder à sua alteração, em função da avaliação existente:



PROPOSTAS DE MEDIDAS + URGENTES



8. Deverá ser iniciado o processo de negociação que conduza à definição dos conteúdos funcionais dos **Trabalhadores Não Docentes** e ao estabelecimento das suas carreiras especiais: **Técnicos Superiores da Educação; Assistentes Técnicos da Educação; Assistentes Operacionais da Educação.**

9. Deverão ser adotadas medidas que eliminem a precariedade entre os **Trabalhadores Não Docentes**, nomeadamente assegurando a vinculação dos **Técnicos Especializados** que têm vindo a acumular contratações sucessivas, sem lhes ser reconhecido o direito à estabilidade.



10. O Governo deverá dar início a um processo negocial que vise a revisão do **Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro** que determine uma efetiva oferta formativa gratuita para todos.

FNE APRESENTOU ROTEIRO A PSD E PS



"Precisamos que no início da nova legislatura se mostre atitude e se pegue nestes problemas de imediato".

"É preciso que desde o início da legislatura se perca a ideia de adiar os problemas, fazendo de conta que tudo está a correr bem, e dar sinal que vem aí uma mudança participada com os sindicatos e com diálogo". Esta foi a principal mensagem reforçada pelo Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, nas reuniões realizadas com David Justino, Coordenador Nacional do PSD para a área da Educação, e Porfírio Silva, diretor do Gabinete de Estudos do PS.

Os encontros serviram para a delegação da FNE, composta pelo SG, pela Vice-Secretária-Geral Lucinda Dâmaso e pelos Secretários Executivos Maria José Rangel, Josefa Lopes, Cristina Ferreira e Manuel Teodósio, apresentar a ambos os partidos o "Roteiro para a Legislatura 2022-2026", elaborado pela federação.

Este documento destaca e apresenta propostas para as maiores preocupações da FNE relativamente às políticas de Educação que o futuro Governo tem que ter em conta e demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os grandes constrangimentos do setor.

Temas como os concursos, o lançamento do próximo ano letivo, a falta de valorização da

carreira, a desmotivação do corpo docente, a questão da transferência de competências para as autarquias e da conseqüente integração dos Trabalhadores Não Docentes, foram considerados pela FNE "prioritários nos primeiros tempos de legislatura do próximo Governo. Temos uma carreira que não valoriza os professores. Temos precariedade nos docentes e nos não docentes" justificou João Dias da Silva.

David Justino, da parte do PSD, confirmou a partilha de várias preocupações e prioridades que constam do Roteiro para a Legislatura entregue pela FNE, nomeadamente ao nível da formação inicial de professores e da situação dos trabalhadores não docentes que, como considerou, "são temas para nós assumidos como prioritários". Outra das nossas prioridades do PSD passa também pela Educação de Infância.

Já Porfírio Silva, do PS, agradeceu a entrega do "Roteiro para a Legislatura" em mãos, elogiando à FNE "uma forma de atuar que nem todos têm" para, no seguimento, assumir que "caso o PS seja governo na próxima legislatura é necessária uma reflexão mais alargada sobre a maior consciência do papel da escola na sociedade, algo que a pandemia reforçou".

O diretor do Gabinete de Estudos do PS deixou ainda uma palavra sobre a transferência de competências para as autarquias afirmando que "sabemos que no início não vai correr logo tudo bem, mas é preciso reforçar a ligação entre municípios e escolas", deixando ainda o desejo para a próxima legislatura de que "se viva menos crispção e se criem mais condições para um debate social mais alargado, que inclua os sindicatos".

Com a entrega do Roteiro para a Legislatura aos partidos políticos a FNE pretende ver as suas propostas traduzidas nos respetivos programas eleitorais, de modo que se desbloqueiem os diversos desafios existentes no sistema educativo, envolvendo alunos, educadores, professores e trabalhadores não docentes.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A NOVA LEGISLATURA

O "Roteiro para a Legislatura 2022-2026" inclui 32 páginas e 19 pontos que reforçam as principais preocupações com o setor da educação, desde as condições de trabalho dos profissionais, ao investimento nos diferentes níveis e tipos de ensino.

Desde logo a FNE pede o aumento para 6% do Orçamento do Estado para a educação, uma reivindicação antiga da Federação que considera ser esse o mínimo para um financiamento adequado, podendo ler-se que "esta fatia do Orçamento deve garantir o desenvolvimento equilibrado de todos os setores da Educação, desde a educação para a infância, ao ensino superior e às ofertas formativas de segunda oportunidade, incluindo ainda o ensino português no estrangeiro".

Relativamente à valorização das carreiras docentes, a FNE aponta neste Roteiro medidas como a recuperação integral do tempo de serviço congelado, a revisão de salários, a clarificação do processo de avaliação de desempenho, o respeito pelos limites dos horários de trabalho, a definição de condições dignas de acesso à aposentação, a revisão da legislação sobre concursos e o fim da precariedade, acrescentando ainda as condições de trabalho e de valorização do pessoal não docente em matérias como a definição do estatuto profissional com a criação de carreiras específicas, investimento na formação e abolição do sistema de quotas.

Já sobre o funcionamento das escolas, a FNE manifesta neste documento a sua preocupação com o processo de municipalização e pede que os partidos recusem a atribuição de competências dos municípios na gestão dos recursos humanos e na ordem pedagógica das escolas: "É absolutamente necessário que se assegure, respeite e reforce a autonomia das escolas, devendo estas ter um quadro de competências claro e próprio. Só desta forma se garantirá a qualidade e a equidade dos processos de ensino-aprendizagem", referem.

Quanto às questões mais urgentes, a FNE aponta ainda 10 medidas relacionadas com o Orçamento do Estado para 2022, os próximos concursos de docentes e a preparação do ano letivo de 2022/2023.

É também prioritária a valorização da carreira docente, o rejuvenescimento da classe, a criação de carreiras especiais dos trabalhadores não docentes, a vinculação dos técnicos especializados e a alteração dos regimes jurídico dos Estabelecimentos de Ensino Superior e do Ensino Português no Estrangeiro.

Quanto às questões mais urgentes, a FNE aponta ainda 10 medidas relacionadas com o Orçamento do Estado para 2022, os próximos concursos de docentes e a preparação do ano letivo de 2022/2023.





APROVADO O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E AUMENTOS NA FUNÇÃO PÚBLICA

Os Decretos-Lei (DL) que aprovam as atualizações do valor da retribuição mínima mensal garantida (DL nº 109-B/2021) e a atualização das remunerações da Administração Pública (AP) - DL 109-A/2021 - foram publicados em Diário da República, no passado dia 7 de dezembro.

Promulgados pelo Presidente da República, estes decretos do Governo aumentam o salário mínimo para 705 euros a partir de 1 de janeiro de 2022 e aprovam uma atualização de 0,9% nas remunerações da AP.

Em declarações após o Conselho de Ministros da passada quinta-feira, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, afirmou que a aprovação do aumento do salário mínimo nacional para 2022 para 705 euros aconteceu "na sequência da auscultação dos parceiros sociais", cumprindo o compromi-

so assumido em 2015 e renovado em 2019 para "chegar a 2023 com 750 euros".

Segundo um comunicado do Conselho de Ministros, este decreto-lei "atualiza as remunerações da AP e aumenta a respetiva base remuneratória, a qual é revista em linha com a atualização da retribuição mínima mensal garantida".

Com a aprovação deste diploma, "os valores dos níveis da Tabela Remuneratória Única (TRU) da AP, bem como das demais remunerações base mensais existentes na AP são atualizados em 0,9%", sendo "aplicável aos trabalhadores de entidades administrativas independentes e aos de empresas públicas do setor público empresarial que não sejam abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em vigor", pode ler-se no mesmo documento.

Estes decretos do Governo aumentam o salário mínimo para 705 euros a partir de 1 de janeiro de 2022 e aprovam uma atualização de 0,9% nas remunerações da AP.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 

FNE EM 2021

o ano em imagens



fne
www.fne.pt

2021 | o ano da em imagens



janeiro



REGRESSO DAS REUNIÕES COM ME FORAM SOL DE POUCA DURA

A FNE esteve reunida com a Secretária de Estado da Educação, Inês Ramires, a 6 e 7 de janeiro, para um balanço do primeiro período do atual ano letivo em dois encontros que marcaram também o retomar de reuniões entre sindicatos e a tutela, já que a última reunião tinha ocorrido há quase um ano, a 22 de janeiro de...2020.

fevereiro



FNE REFORÇOU EXIGÊNCIA NA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO EM EDUCAÇÃO

Regresso do ensino remoto de emergência devido ao novo confinamento de janeiro/fevereiro fez a FNE reforçar a campanha «Teletrabalho em Educação», alertando em várias mensagens divulgadas publicamente que "O Ministério da Educação falhou!"

março



"POR UM PLANETA MAIS VERDE" FNE LANÇOU CONCURSO NO DIA MUNDIAL DA ÁRVORE E DA FLORESTA

A FNE/AFIET aproveitaram a data de 21 de março para lançar o concurso "Por um Planeta mais verde" que se destinou a crianças e jovens desde o Ensino Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, envolvendo as modalidades de Desenho/Arte plástica, Fotografia e Poesia e lançando um desafio a alunos de todo o país, através dos seus educadores e professores, a apresentar trabalhos alusivos ao tema da importância da proteção das árvores e das florestas para a sustentabilidade do planeta. Esta iniciativa teve o apoio da Associação ZERO.

abril



FNE PROMOVEU CONSULTAS SOBRE CONDIÇÕES DO REGRESSO DAS AULAS PRESENCIAIS

A FNE promoveu durante o mês de abril de 2021, duas consultas sobre as condições em que decorreu o processo de regresso dos alunos e profissionais da Educação Pré-Escolar, do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos 2º e 3º Ciclos. Além da saúde mental, os professores também manifestaram preocupação com a saúde e segurança no local de trabalho, algo referido por 53% dos inquiridos, e com o excesso de trabalho e o efeito da pandemia da Covid-19 e do ensino a distância nas aprendizagens.

maio



IX CONVENÇÃO FNE, CONFAP, ANDAEP: «O FUTURO DA EDUCAÇÃO ESTÁ ONLIFE, NÃO ONLINE»

Junho trouxe a realização da IX Convenção Nacional considerada por todos uma das melhores de sempre, a IX Convenção da FNE, CONFAP e ANDAEP e que decorreu sob o signo da Inovação, que não dispensa o analógico, mas funde-o com ambientes e estratégias digitais, num hibridismo educativo em busca de uma nova pedagogia, baseada na construção de presencialidades e de um novo ecossistema da escola.

junho



CAMPANHA "POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE" PERCORREU TODO O PAÍS e terminou na porta do ME

A FNE lançou entre maio e junho a campanha "Por uma Educação de Qualidade", que consistiu na colocação de faixas em centenas de escolas por todo o país, com diferentes mensagens alusivas a medidas que a FNE reivindica para que seja concretizado um sistema educativo que obedeça a critérios de qualidade e que dê respostas adequadas aos problemas que têm vindo a ser identificados. Esta campanha terminou a 8 junho na porta do Ministério da Educação, em Lisboa com a entrega à tutela de um documento reivindicativo para o setor.

julho



FNE CONSIDEROU AÇÃO DO ME NO ANO LETIVO 2020-2021 "SEM RASGO NEM AMBIÇÃO"

Em conferência de imprensa, a FNE deixou palavras de elogio ao trabalho dos profissionais da educação durante o ano letivo passado, mas deixou também críticas a um Ministério da Educação que considerou "sem rasgo, nem ambição" e sem mostrar qualquer ação concreta de valorização destes profissionais que ultrapassasse a mera retórica de declarações sem consequências

agosto



FNE E CNEF ASSINAM ACORDO DE REVISÃO DOS SALÁRIOS DE NÃO DOCENTES

A FNE (Federação Nacional da Educação) e a CNEF (Confederação Nacional de Educação e Formação) assinaram um acordo de revisão dos salários do pessoal não docente do ensino particular e cooperativo e ensino profissional, decorrente da atualização do salário mínimo nacional para 2021 e que abrange cerca de vinte e três mil trabalhadores.

setembro



NOVO ANO COM VELHOS PROBLEMAS MARCARAM O LANÇAMENTO DO ANO LETIVO 21-22

A Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos (sede do Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão), em Lisboa, foi o cenário escolhido pela FNE para lançar o ano letivo, com o Secretário-Geral, João Dias da Silva "lamentando que este novo ano letivo venha a decorrer de forma tão normal quanto possível, mas lamentamos que comece com os velhos problemas que há muito apontamos na educação".

outubro



EDUSUMMIT 2021 ULTRAPASSOU TODAS AS EXPECTATIVAS

A primeira edição da EDUsummit contou com cerca de 50 oradores convidados, ligados a várias áreas e setores da sociedade portuguesa, reunindo investigadores, académicos, educadores e professores, diretores, projetos escolares, alunos e outros especialistas que, com o seu contributo e a sua reflexão no âmbito da educação no pós-pandemia, vão suscitar um debate alargado a uma multiplicidade de perspetivas. Esta iniciativa foi promovida pela FNE, pela Universidade Aberta (UAb) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET).

novembro



TRABALHADORES NÃO DOCENTES DEBATERAM O CAMINHO PARA A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Os Trabalhadores Não Docentes dos três sindicatos da FNE celebraram o Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (DNTND) no Auditório do Centro de Promoção Social do Concelho de Tabuaço, Viseu, com um encontro denominado "EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, COM PROFISSIONAIS RECONHECIDOS E VALORIZADOS", cabendo este ano a organização ao Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAE-ZN).

dezembro



FNE ASSINA ACORDO SOBRE CONCURSOS E CARREIRAS NO ENSINO SUPERIOR

Na sequência dos procedimentos de negociação coletiva que decorreu em novembro, a FNE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) assinaram um acordo relativo ao projeto de decreto-lei que aprovou um regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo, das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica.



JORGE ASCENÇÃO: “FALTA-NOS AGORA UM RECONHECIMENTO SOCIAL FORTE”

Na segunda parte da entrevista com Jorge Ascensão, o Presidente do Conselho Executivo da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) fez uma análise ao Plano de Recuperação de Aprendizagens, mas também às perspetivas relativas ao futuro das políticas de educação com o novo governo, que será eleito em janeiro de 2022, numa temática sempre ligada aos desafios que as Associações de Pais vivem no dia-a-dia.

JORNAL FNE (JF) - O GOVERNO CRIOU O PLANO DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS 21-23 ESCOLA+, QUE NÃO TEM CRIADO CONSENSOS. QUAL É A AVALIAÇÃO QUE A CONFAP FAZ DAQUELE PLANO?

Jorge Ascensão (JA) - O Plano de Recuperação de Aprendizagens (PRA) enquadra-se na perspetiva de obtermos uma classificação. O aluno não aprendeu o programa todo, vai ser preciso cumprir o programa, porque depois temos uma avaliação e temos de ter uma classificação para transitar de ano e, em alguns casos, para atingir objetivos. Só assim é que se pode falar em PRA. A recuperação de aprendizagens é algo que acontece há décadas diariamente. É exatamente para isso que a escola existe e que temos professores e alunos na escola. Uns alunos recuperam mais, outros menos, e há sempre a recuperação de algo que os alunos devem saber.

O ritmo de aprendizagem é que é diferente para cada aluno. Por isso, como é que eu estabeleço um PRA para alunos em diferentes ritmos? Não sei qual será o resultado deste Plano, acho que vai ser positivo, onde as famílias estão envolvidas como até aqui e é aí nessa associação família-

escola que a recuperação de aprendizagens vai funcionar. Espero que os alunos possam respirar durante algum tempo, porque o currículo absorve-os bastante. Cansarmos os alunos não favorece a recuperação das aprendizagens. Por isso, creio que as escolas já perceberam isso, que ficou nas mãos dos diretores e professores pôr em prática um conjunto de iniciativas letivas para que os alunos atinjam os seus objetivos e desenvolvam os seus talentos.

A pandemia afetou muitos alunos, mas os que foram mais acompanhados conseguiram ultrapassar o problema. Por isso espero que o PRA não seja apenas o registo do cumprimento de um programa, mas de facto uma recuperação da consciência da escola, do que nela se pode aprender e que os alunos percebam a importância de estar na escola. Por isso é que este tema não tem consenso, porque não é só recuperar programas. Tem de ser mais do que isso. Tratar da saúde mental, física e social de muitos jovens é fundamental e este PRA tem de chegar não só às escolas, mas também às famílias, para ter o efeito que se quer fazer crer.

REPENSAR O CURRÍCULO

JF - QUE ANÁLISE FAZ ÀS POLÍTICAS EDUCATIVAS DESTE GOVERNO? ESPERA ALTERAÇÕES NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2022?

JA - Sabe, com a pandemia cheguei a ter a esperança que íamos crescer quantitativamente na aproximação dos pais ao movimento e à escola, isto porque os pais perceberam que era necessário manter a ligação à escola. E logo no início do ano letivo de 2020-2021 percebeu-se que pouca coisa ia mudar, por exemplo quando ouvimos o Secretário de Estado João Costa referir que a avaliação ia ser a mesma que era dantes, nomeadamente no acesso ao ensino superior. Avaliar apenas pelo teste é uma solução que não devia ser a única e que devia ser feita em conjunto entre a escola e os pais. Temos de olhar e questionar: nós temos hoje um sistema que se adequa ao perfil dos alunos? Se queremos trabalhar para o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória teremos um sistema que permita trabalhar para perfis tão diferentes?

Mas falando diretamente sobre as medidas de políticas educativas o que acho é que é preciso criar instrumentos, tempos, recursos, para reformar o nosso sistema educativo naquilo que são as práticas, a avaliação e a formação pedagógica, pois isso tem sido adiado consecutivamente. Vai-se remediando, mas não se tem passado muito disto. Até temos instrumentos teóricos bem construídos, mas depois é por isso que a CONFAP colocou essa matéria na agenda. Enquanto tivermos um acesso ao ensino superior como o que temos, podem vir perfis de alunos, autonomia que, sendo este o processo, o objetivo dos alunos vai ser ter a melhor classificação possível. E essa só se faz treinando para testes. Este é um modelo que não encaixa em todos e que acaba por ir provocando uma certa taxa de absentismo.

JF - A AUTONOMIA DAS ESCOLAS PODE LEVAR A QUE ESTAS SEJAM MAIS "AMIGAS DA CRIANÇA"?

JA - Pode. A autonomia das escolas tem acoplada de forma firme a responsabilidade das direções dessas mesmas escolas. E o que eu noto é que a qualidade da escola, a forma como trabalha, depende do diretor. Se o diretor tem um perfil de risco nas suas decisões consegue envolver os seus profissionais, porque acompanham muito os alunos. No fundo cada um tem de fazer a sua parte, mesmo com a autonomia.

Portanto, uma escola que tenta responder às diferenças e problemas da sua população é uma

escola amiga. Mas o diretor é o motor disto tudo. Nós sabemos que as escolas com mais autonomia mais facilmente atingem os objetivos de quem as procuram. No fundo, é uma escola onde os alunos se sentem bem no tempo que lá passam. Dentro da autonomia que temos, e eu até julgo que seria desejável que fosse mais ampla, o que muitas vezes faz parar os projetos é a falta dos nossos recursos, que não dependem do diretor.

Mas há um conjunto de recursos que a escola precisa também, tal como o apoio jurídico aos diretores, mas o essencial é que se a escola está a trabalhar e a atingir objetivos, com a comunidade envolvida, temos de manter a racionalidade do que estamos a fazer. Sou defensor da autonomia, mas com esta visão. É um processo democrático e quando as pessoas não são o que se esperava, muda-se. Mas a autonomia deve existir e ser exercida com responsabilidade.

JF - QUE LEITURA É QUE A CONFAP FAZ DA REFORMA CURRICULAR, NOMEADAMENTE DAS CHAMADAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS?

JA - Eu percebo e acho que, face ao que já lhe disse anteriormente, o currículo é tão extenso e inócuo e como referi num webinar da CONFAP alguém que foi Ministro da Educação dizer que "tudo aquilo que se ensina muitas vezes não tem interesse", isto poderia ser um trabalho que levasse a repensar este currículo para não absorvermos a vida dos alunos com ele. Os currículos na sua sequência desde o 2º ciclo devem ser pensados de forma integrada, continuada e sendo trabalhado naquilo que é essencial. Por isso percebo quando fala nas aprendizagens essenciais é cumprir pelo menos estas aprendizagens se o tempo não der para tudo, porque são estas que vamos querer saber.

Trabalhamos em função do teste. E o sistema educativo tem de ser mais que isto. Criámos a disciplina de cidadania que é uma hora por semana. Mas isso chega? A escola tem de trabalhar isto diariamente. Percebo o objetivo das aprendizagens essenciais, mas de facto é necessário repensar o currículo naquilo que é importante para o desenvolvimento e aprendizagens dos jovens. Cada um de nós só aprende aquilo que para si tem significado e isso é essencial. Pode é não ser o que o Ministério definiu - e esse é um problema. É preciso repensar o currículo, programa, metas e formas de avaliação para atingir objetivos. O documento está bem construído, pode encaixar-se em muitos aspetos dos alunos, mas há vários pontos que devem ser enquadrados de forma diferente.

«Avaliar apenas pelo teste é uma solução que não devia ser a única e que devia ser feita em conjunto entre a escola e os pais. Temos de olhar e questionar: nós temos hoje um sistema que se adequa ao perfil dos alunos?»

ATRÁS DO RECONHECIMENTO SOCIAL

JF - QUE AVALIAÇÃO FAZ DAS 9 CONVENÇÕES NACIONAIS COM A FNE E A ANDAEP?

JA - Foram momentos de grande enriquecimento, sobretudo no trabalho colaborativo. Com a Convenção Nacional queríamos aproximar famílias e professores, mostrar que não estamos em combate uns com os outros e cada uma trouxe momentos de reflexão muito interessantes, atuais. Mas a mensagem principal é que, de facto, hoje temos uma maturidade no movimento associativo, uma aproximação que trouxe muito respeito entre as equipas da FNE e da CONFAP e lembro-me de uma edição, que decorreu em Coimbra, onde decidi dar um abraço ao João Dias da Silva, como símbolo de um objetivo comum que é a qualidade da educação.

Mas mais do que a reflexão é convidarmos pessoas que nos tornam ainda mais conscientes para os vários problemas que existem na educação, sendo o grande valor a grande vontade de cooperar em parceria. Se necessário for, estas instituições podem dar as mãos para pressionar ainda mais o poder político. O mais importante é acabar-se com a ideia de que há pais de um lado e professores do outro. Estamos todos na mesma luta, para o que é melhor para a educação.

JF - A CONFAP É UMA ASSOCIAÇÃO COM MAIS DE 40 ANOS DE EXISTÊNCIA. QUAIS FORAM AS SUAS GRANDES CONQUISTAS E QUAIS SÃO OS MAIORES DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS TEMPOS?

JA - As grandes conquistas por que lutámos até agora eram, em primeiro lugar, termos condições de estabilidade em termos físicos, com escolas com estruturas de qualidade para que os nossos filhos estivessem bem lá. Estamos a falar de 1977, tempos em que já aí os nossos filhos não estavam bem na escola. Depois houve uma evolução e tínhamos que criar as estruturas representativas e essa luta do papel do movimento associativo de pais torna-se reconhecida na lei nº 372/90. E isto foi evoluindo, como já referi como parceiro do Ministério as necessidades vão sempre surgindo e fomos ganhando capacidade de intervir na escola, passando depois a intervir com a escola.

E fomos também ganhando a ideia de adequar o tempo da escola ao tempo da família e do trabalho. E conseguimos aquilo a que muitos, até de forma pejorativa, chamaram de "escola a tempo inteiro". O que pretendíamos era que as Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs) incorporassem as expressões e as artes no espaço da



escola, mas fora da sala de aula, para desenvolverem algumas competências. Infelizmente não funcionou nem funciona em todo o lado da melhor forma. Outra luta da CONFAP centrou-se com a melhoria das refeições nas escolas e que tem dado os seus resultados. Conseguimos também algumas conquistas naquilo que é a nossa obrigação declarativa fiscal, porque em termos profissionais estávamos a ser penalizados.

Lembro também que hoje todas as associações de pais podem almoçar na escola, para acompanhar a refeição e perceber se todos os preceitos são cumpridos. E outra grande conquista que conseguimos ao fim de 45 anos de CONFAP é sermos hoje um parceiro reconhecido pelas entidades que são nossas parceiras (Ministério, Escolas e outras) e que acham importante a nossa participação e ação. Falta-nos agora um reconhecimento social forte, em que os pais percebam que quando inscrevem os filhos na escola eles próprios deveriam inscrever-se na associação de pais correspondente. Temos trabalhado muito nisso e têm surgido principalmente muitas mães, mas falta esse passo que é essencial. Mas conseguimos a nossa legitimidade, muita democraticidade e enquanto parceiro ser imprescindível no desenvolvimento da qualidade do sistema educativo.

«A mensagem principal da CN é termos hoje uma maturidade no movimento associativo e uma aproximação que trouxe muito respeito entre as equipas da FNE e da CONFAP.»

Tiago Soares
Jornal FNE





www.spzn.pt | www.spzc.pt | www.sdp.gl | www.sdpsul.com | www.sdpa.pt | www.sdpmadeira.pt | www.staaezn.pt | www.staaezcentro.pt | www.staaezsra.pt

No meu Sindicato estou mais
FORTE

Sindicaliza-te aqui!



O PROBLEMA DA FALTA DE PROFESSORES

O número de alunos nos cursos de formação de professores diminuiu cerca de 70% a partir do início do século e, apesar desta tendência se ter invertido ligeiramente nos últimos quatro anos, não chega para compensar a quebra de duas décadas.

No entanto, o Ministério da Educação sempre fez “orelhas moucas” aos avisos da FNE e à sua preocupação na adoção rápida de políticas de atratividade da profissão e veio agora, como se de nada soubesse, encomendar um estudo à Nova SBE (Nova School of Business and Economics).

Este trabalho vem demonstrar o que já se sabia de previsões baseadas noutros estudos e nos números reais de cada ano. Agora mostra-se o sr. Ministro da Educação, nos meios de Comunicação Social, muito surpreendido com os factos que já o deviam ter preocupado há alguns anos, de forma a poder tomar as necessárias medidas, evitando assim o crescimento gradual do problema.

Agora é tarde, Sr. Ministro! Devia ter-nos ouvido em devido tempo!

Segundo o estudo, diplomaram-se 1567 alunos no último ano e as necessidades de recrutamento futuras apontam para que sejam precisos 3425 por ano, em média, podendo aumentar gradualmente este valor.

É verdade que a quebra demográfica levará a uma diminuição de cerca de 15% do número de alunos, porém a saída de professores supera em muito a diminuição dos alunos.

Até 2030/31 irão aposentar-se cerca de 40% dos atuais 120.000 professores, considerando o nível etário de uma grande parte destes docentes, o que leva a concluir que serão precisos 34.500 novos docentes quando os níveis atuais de formação são insuficientes.

Este ano letivo apenas 1.100 alunos estão inscritos nos cursos via ensino e certamente que nem todos irão concluir a formação. As razões são muitas: o atual modelo de formação, para além de estar centralizado em poucas cidades do país, não serve. É um modelo enviesado, considerando os anteriores cursos de formação de professores, composto por 1º e 2º ciclos e de costas viradas para a prática pedagógica e científica nas escolas.

A precariedade na profissão não tem conhecido melhores dias. Professores de casa às costas, percorrendo as estradas do país até conseguirem a vinculação, durante vários anos, com salários não compensatórios, para depois de tantos sacrifícios se confrontarem com uma carreira em que a progressão é difícil, com constrangimentos administrativos que podem levar anos a ultrapassar, devido à existência de vagas e de quotas, impedindo que grande parte destes docentes chegue ao topo da carreira, mesmo sendo bons profissionais.

Assim não, Sr. Ministro! Não há motivação que aguento!

Não obstante, o papel do professor é tão importante para a Sociedade, para o crescimento das gerações que vão vindo, que é graças a ele que no futuro teremos melhores ou piores profissionais, o que só por si justifica todo o reconhecimento e apoio.

É um problema em que as boas ou más decisões estão na mão dos nossos políticos, porque o trabalho sindical de aconselhamento e demonstração de propostas tem vindo a ser feito.

É urgente, Sr. Ministro! Muito urgente! Tome medidas rápidas que valorizem os professores portugueses e, conseqüentemente, verificará que as mesmas irão atrair novos profissionais.



Josefa Lopes | Presidente do SDPSUL

OS DESAFIOS DOS TÉCNICOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO

A realidade do atual quadro de recursos humanos das escolas é apontada, em diversos estudos internacionais e nacionais, como uma das principais fragilidades do sistema educativo do nosso país. Do lado do pessoal docente, deparamo-nos com um corpo efetivo significativamente envelhecido no ensino público (com apenas 0,6% de docentes ativos com idades abaixo dos 30 anos) e com uma crescente perda de atratividade da profissão, reportada, entre outros fatores, pela diminuição do número de jovens na formação inicial.

Do lado do pessoal não docente, é preocupante a contínua diminuição de efetivos, quer no ensino público quer no privado, bem como os seus reduzidos níveis de qualificação e de formação. O panorama que esta realidade faz prever, a curto prazo, não é minimamente propício à melhoria da qualificação dos portugueses, às exigências associadas à preparação de recursos humanos para os novos mercados e para as economias emergentes, ou às transformações sociais em curso, fortemente apelativas ao desenvolvimento sustentável do mundo.

O sistema educativo tem um papel essencial e insubstituível no cumprimento de uma missão cada vez mais complexa, face às múltiplas funções que hoje em dia são exigidas à escola e que urge renovar, requalificar e avaliar.

A criação de carreiras especiais em Educação é uma necessidade inventariada como garante de estabilidade e qualidade para o sistema educativo. Esta perceção foi acelerada sobretudo após a criação dos grandes agrupamentos escolares e da transferência de responsabilidades da administração pública central para a administração local. No caso particular dos/as Técnicos/as Superiores de Educação (TSE), estes/as podem efetivamente alavancar o desejável e necessário processo transformacional da comunidade escolar, pelo tipo de capacidades e competências que estão aptos/as a desenvolver e que envolvem e beneficiam todas as partes interessadas:

- os órgãos de administração e gestão da escola – através de estudos e medidas para a diversificação de estratégias e de métodos educativos que promovam o sucesso escolar de forma diferenciada e inclusiva, ou procedendo ao diagnóstico das necessidades formativas do quadro de pessoal interno e à programação das ações adequadas, ou participando, acompanhando e avaliando os projetos escolares;

- as famílias, pais e encarregados de educação - apoiando-os na identificação das ações estruturantes que podem assumir na comunidade escolar, a partir dos estudos e análises desenvolvidas, ou na sensibilização para ações conjunturais prioritárias, individualizadas ou coletivas, decorrentes do acompanhamento direto e permanente das crianças e da observação contínua do ambiente escolar;

- as crianças – desenvolvendo ações destinadas a combater o absentismo e o abandono precoce, ou a indisciplina e o bullying, melhorando a inclusão global na comunidade escolar de crianças que se encontram em situações socioeconómicas desfavorecidas ou as que detêm necessidades educativas especiais, implementando atividades de animação sociocultural que reforçam o sentimento de pertença e a atratividade da comunidade escolar junto das crianças, promovendo o desenvolvimento pessoal, o conhecimento esclarecido sobre as opções escolares e profissionais e desenvolvendo atividades de orientação vocacional;

- os parceiros institucionais presentes na comunidade escolar – partilhando informações técnicas relevantes com os parceiros locais: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Segurança Social, Centros de Saúde, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e articulando com estes a implementação de medidas que mitiguem as problemáticas existentes.



É necessária a criação de uma norma vinculativa nacional, que determine a contagem do tempo de serviço integral para todos/as.

CONTRA A SUJEIÇÃO A QUOTAS

Pese embora os contributos destes/as profissionais sejam de incontestável valor para a comunidade escolar, subsistem problemáticas que importa esclarecer ou resolver:

- A ausência de normativo legal que identifique o conteúdo funcional da profissão de TSE. A atual prática das escolas é orientada pela interpretação diversa que os seus órgãos de Direção fazem desse conteúdo funcional, levando a solicitações de todo o tipo de serviço, incluindo substituição de docentes, o que não é aceitável. Por outro lado, subsiste um desconhecimento generalizado na comunidade escolar quanto ao papel de cada TSE – educador/a social, assistente social, psicólogo/a, mediador/a, etc.
- A profissão de TSE foi implementada na comunidade escolar através de recurso a um regime excecional (âmbito PREVPAP), contudo não foi criado qualquer suporte normativo legal específico para o enquadramento da carreira, quer em termos funcionais como já referido, quer em termos de progressão profissional.
- A iniquidade provocada pela prática das diferentes escolas quanto ao reposicionamento do/a TSE. Com efeito, em algumas escolas é considerado o tempo de serviço integral,

enquanto em outras escolas isso não acontece. É necessária a criação de uma norma vinculativa nacional, que determine a contagem do tempo de serviço integral para todos/as.

- A falta de garantia do direito à recolocação no local onde o/a TSE se vinculou, após mobilidade e, ainda, a falta de garantia do direito à consolidação na mesma circunstância. Também neste âmbito urge contextualizar um enquadramento normativo que salvaguarde tais direitos.
- A problemática da avaliação, que se pretende justa, isto é, sem supressão de pontos, quer em 2018, quer nos anos seguintes e, ainda, que os pontos sobrantes após uma subida de escalão sejam contabilizados para a próxima subida de escalão. Estes/as profissionais não podem estar sujeitos ao sistema de quotas, juntamente com os/as restantes técnicos/as superiores existentes no mesmo agrupamento escolar, porque tal procedimento praticamente inviabiliza a obtenção de classificações excelentes ou relevantes.

Maria Isabel Mendes
membro do Conselho Geral do
STAAE SUL e RA

Sofia Baptista
membro da Direção do STAAE SUL e RA



POR UMA DIRETIVA EUROPEIA PARA OS RISCOS PSICOSSOCIAIS

Um estudo da OCDE e da Eurofound (Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho) evidenciou que a saúde mental durante a pandemia se deteriorou em todos os países da OCDE em 2020, com uma percentagem mais significativa da população a sentir ansiedade e depressão. Embora os riscos psicossociais sejam um fenómeno relacionado com o trabalho, com efeitos já bem conhecidos, a pandemia agiu como um foco, expondo as desigualdades e agravando os riscos existentes, tornando o problema ainda mais crítico.

Ora, um recente seminário do Instituto Sindical Europeu (ETUI) e da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA), que decorreu em 13 e 14 de dezembro de 2021, debateu a prevenção dos riscos psicossociais no trabalho na Europa, com especial ênfase em 2020, período de maior desenvolvimento da pandemia. Os participantes continuaram o seu apelo pela adoção de uma diretiva da União Europeia (UE), uma vez que os riscos devem ser abordados em toda a sua extensão, exigindo uma solução coletiva.

De acordo com Paula Franklin, investigadora do ETUI que mapeou o fenómeno, os resultados físicos e psicológicos observados englobam o burnout, a ansiedade, a depressão, os estados de insónia e fadiga ou os sintomas de stress pós-traumático. Em sua opinião, a implementação das medidas preventivas deve enquadrar-se na

realidade dos trabalhadores e devem permitir-lhes participar nesse processo.

Os riscos psicossociais incluem essencialmente os sentimentos de insegurança relacionados com o trabalho (como os salários, direitos, proteção social, tempo de trabalho, futuro do emprego, precariedade ou a representação do trabalhador) e a falta de justiça, onde imperam, entre outros, os constrangimentos da avaliação de desempenho. Estes fatores explicam, de modo duro, por que é que os trabalhadores em situação precária se encontram ainda numa situação particularmente mais frágil.

Como explica Christophe Vanroelen, professor de sociologia na Universidade de Bruxelas, existe uma ligação clara entre a qualidade do trabalho e o emprego precário e entre o emprego precário e a saúde mental. A pandemia afetou profundamente as profissões pedagógicas, caracterizadas por condições de trabalho desleais e por salários deficientes. Também perturbou severamente os laços emocionais, devido ao distanciamento e isolamento sociais a que obrigou milhares de trabalhadores.

Na educação, cerca de metade dos professores sentiram stress e ansiedade, enquanto um terço apresentava sinais de depressão. Por outro lado, vários investigadores médicos recordam que os riscos psicossociais também podem levar ao surgimento de doenças cardiovasculares.



MULHERES SOFREM MAIS VIOLÊNCIA

Para muitos profissionais da educação, o teletrabalho tornou-se uma norma durante a pandemia. Acontece que o trabalho remoto tem contribuído para aumentar a carga de trabalho, perturbar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e dar origem a profundos sentimentos de isolamento social.

Pierre Bérestégui, investigador do ETUI, explica que o teletrabalho pode ser considerado uma solução temporária para enfrentar a crise e uma transformação a longo prazo das modalidades de trabalho. No entanto, para ser eficaz e viável, a transição para o teletrabalho estrutural deve implicar uma reorganização dos processos de trabalho.

Slavica Uzelac, diretora executiva da Eurocadres, evidencia que o teletrabalho levantou questões de desigualdade, uma vez que as grandes empresas estão principalmente mais bem equipadas, fornecem formação e têm acordos de empresa. Além disso, a falta de equipamento adaptado e ergonômico em casa dos trabalhadores pode resultar em distúrbios músculo-esqueléticos.

Embora o teletrabalho seja suscetível de ser stressante, muitos trabalhadores confessam ter tido uma boa experiência em relação às suas possibilidades, nomeadamente em termos de flexibilidade e de autonomia. Porém, o risco reside na possibilidade da transição para um teletrabalho estrutural possa tornar-se uma estratégia meramente económica, em detrimento da saúde e da segurança no trabalho (SST).

As mulheres são geralmente mais expostas à violência e ao assédio sexual. Durante a pandemia, foram colocadas na linha da frente. Na Europa, 70% dos trabalhadores considerados essenciais são mulheres. Um inquérito da UNI Europa mostrou que os trabalhadores do setor dos serviços foram particularmente expostos, o que teve um impacto severo na sua saúde mental a longo prazo, especialmente nas mulheres que enfrentaram a violência de clientes, utentes ou pacientes.

Em alguns casos, isto também levou a lesões físicas. Amel Djemail, diretor de igualdade de oportunidades da Uni Europa, observou que a

ausência de políticas e a falta de apoio dos empregadores na resposta à prevenção desta violência afetou muitas mulheres nos locais de trabalho. Além disso, o rescaldo incluiu o aumento do absentismo, a diminuição da motivação, a redução da produtividade, a deterioração das relações laborais, maior rotatividade e dificuldades de recrutamento. Observou-se ainda um impacto negativo nos rendimentos das mulheres.

TUDO CORRE PARA UMA DIRETIVA DA UE

A diretiva europeia relativa à SST, adotada em 1989, prevê um quadro jurídico assente numa abordagem quantificada dos riscos profissionais. No entanto, segundo Aude Cefaliello (ETUI), a dimensão específica da saúde mental não se encontra explicitamente abrangida por esta diretiva.

Não há dúvida de que a saúde e a segurança dos trabalhadores devem abranger a sua saúde mental, mas não existe atualmente uma legislação que aborde especificamente a prevenção dos riscos psicossociais a nível da UE.

Vários Estados-Membros, como a Suécia ou a Dinamarca (melhores exemplos), já têm integrada a dimensão mental da saúde na sua legislação nacional. Ainda assim, a proteção dos trabalhadores continua bastante desigual. A crise COVID-19 pôs assim mais em evidência a necessidade de uma diretiva europeia, com uma definição clara sobre a prevenção dos riscos psicossociais.

A boa notícia é que a adoção de um projeto de relatório do Parlamento Europeu incentiva a avaliação e a gestão de práticas de prevenção de riscos psicossociais como parte fundamental da melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho.

A existência de uma legislação adequada parece agora mais possível. Para Nina Hedegaard Nielsen, assessora política em SST no sindicato dinamarquês FH, a adoção de uma legislação da UE para combater o stresse relacionado com o trabalho - no meio de uma crise de saúde mental agravada pelos diversos confinamentos - já conquistou o coração dos sindicatos.

Não há dúvida de que a saúde e a segurança dos trabalhadores devem abranger a sua saúde mental, mas não existe atualmente uma legislação que aborde especificamente a prevenção dos riscos psicossociais a nível da UE.

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO DE 2021

[Despacho nº 11740-A/2021](#)
[DR nº 230/2021, 1º Suplemento](#)
[Série II de 2021-11-26](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Aprova o Regulamento do Programa +Superior para o Ano Letivo de 2021-2022.

[Portaria nº 272/2021](#)
[DR nº 231/2021, Série I de 2021-11-29](#)

Negócios Estrangeiros e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Cria o Programa «Qualificação para a Internacionalização», no âmbito do «Programa Internacionalizar 2030».

[Lei Orgânica nº 4/2021](#)
[DR nº 232/2021, Série I de 2021-11-30](#)

Assembleia da República
Prorroga, para o ano de 2022, o regime excepcional e temporário do exercício de direito de voto antecipado para os eleitores que estejam em confinamento obrigatório no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e para os eleitores residentes em estruturas residenciais e estruturas similares, alterando a Lei Orgânica nº 3/2020, de 11 de novembro.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 160/2021-DR nº 232/2021](#)
[Série I de 2021-11-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Designa o presidente e vogais permanentes da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

[Despacho nº 11943-A/2021](#)
[DR nº 233/2021, 1º Suplemento](#)
[Série II de 2021-12-02](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais
Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2022.

[Portaria nº 281-A/2021 - DR nº 234/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-12-03](#)

Saúde
Procede à primeira alteração à Portaria nº 255-A/2021, de 18 de novembro, que estabelece um regime excepcional e temporário de comparticipação de testes rápidos de antigénio (TRAg) de uso profissional.

[Lei nº 83/2021 - DR nº 235/2021](#)
[Série I de 2021-12-06](#)

Assembleia da República
Modifica o regime de teletrabalho, alterando o Código do Trabalho e a Lei nº 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

[Decreto-Lei nº 109-A/2021](#)
[DR nº 236/2021, 1º Suplemento](#)
[Série I de 2021-12-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Atualiza as remunerações da Administração Pública e aumenta a respetiva base remuneratória.



[Decreto-Lei nº 109-B/2021](#)[DR nº 236/2021, 1º Suplemento](#)[Série I de 2021-12-07](#)*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação.

[Despacho nº 12089/2021](#)[DR nº 239/2021, Série II de 2021-12-13](#)

Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais
Designa o fiscal único do Instituto Politécnico de Tomar.

[Resolução da Assembleia da República](#)[nº 315/2021 - DR nº 237/2021](#)[Série I de 2021-12-09](#)*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo que sejam garantidas condições justas no acesso dos docentes à carreira especial de inspeção da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

[Despacho nº 12123-M/2021](#)[DR nº 239/2021, 2º Suplemento](#)[Série II de 2021-12-13](#)

Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação

Altera o Despacho nº 6726-A/2021, de 7 de julho, que aprova os calendários, para o ano letivo de 2021-2022, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos estabelecimentos particulares de ensino especial.

[Despacho nº 12055/2021](#)[DR nº 238/2021, Série II de 2021-12-10](#)*Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação*

Altera os calendários de adoção, avaliação e certificação de manuais escolares a que se refere o anexo i ao Despacho nº 4947-B/2019, publicado no DR, 2.ª série, nº 94, de 16 de maio de 2019, na sua redação atual.

[Decreto-Lei nº 112/2021 - DR nº 240/2021,](#)[Série I de 2021-12-14](#)*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova o regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica.

[Declaração de Retificação nº 41/2021](#)[DR nº 239/2021, Série I de 2021-12-13](#)*Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral*

Retifica o Decreto-Lei nº 104/2021, de 27 de novembro, que altera as medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.





[Despacho nº 12144-A/2021](#)
[DR nº 240/2021 1º Suplemento](#)
[Série II de 2021-12-14](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
 Homologa a eleição do reitor da Universidade do Algarve.

[Portaria nº 301/2021 - DR nº 241/2021](#)
[Série I de 2021-12-15](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
 Procede à atualização de pensões para 2022.

[Portaria nº 306/2021 - DR nº 243/2021](#)
[Série I de 2021-12-17](#)

Educação
 Procede à primeira alteração à Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, que define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, com vista ao desenvolvimento de planos de inovação.

[Despacho nº 12126/2021](#)

[DR nº 240/2021 Série II de 2021-12-14](#)

Gabinetes das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública e da Coesão Territorial e dos Secretários de Estado Adjunto e da Educação e Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional
 Cria cinco Centros Qualifica AP, com vocação territorial, dando resposta às necessidades de qualificação de trabalhadores da administração central e local.

[Lei nº 88/2021 - DR nº 241/2021](#)
[Série I de 2021-12-15](#)

Assembleia da República
 Regime transitório de obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos.

[Despacho nº 12418/2021 - DR nº 245/2021](#)
[Série II de 2021-12-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
 Define os objetivos do Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP 2030) na área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior.

Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

Boas Festas e um
Bom Ano Novo de 2022



Depois dos desafios tão difíceis que temos vindo a enfrentar, é tempo de desejar que o novo ano de 2022 possa constituir a oportunidade para o início da concretização de uma sociedade mais justa, sem precariedades, em solidariedade, saúde, segurança e bem-estar.